

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025
EDITAL Nº 007/2025
PROCESSO N.º 2025/000336

Torna-se público que o SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE ENGENHEIRO COELHO (SAEEC), realizará licitação visando o REGISTRO DE PREÇOS, conforme modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	Pregão Eletrônico
Apresentação de Proposta	Até 11/11/2025 às 09:00h (horário de Brasília)
Abertura da licitação	11/11/2025 às 09:30h (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	(X) Menor Preço () Maior Desconto (X) Por item () Por lote () Global
Modo de Disputa	(x) Aberto () Aberto/Fechado () Fechado/Aberto
Intervalo mínimo de diferença de valores percentuais entre os lances ou	R\$ 0,01 <i>(incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta)</i>
Benefícios ME/EPP	(x) Sim. Vide condições no Edital e Termo de Referência () Não. Valor estimado superior (§1º art. 4º da Lei 14.133/2021 - os benefícios só não serão aplicados caso o valor estimado seja maior que 4 milhões e oitocentos mil reais)
Permitida a participação de consórcio	() Sim (x) Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	() Sim (x) Não
Valor Estimado da Contratação	R\$ 334.054,60 (Trezentos e trinta e quatro mil e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos)
Sistema Eletrônico	https://licitar.digital/
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	Licitar Digital Diário Oficial do Município de Engenheiro Coelho Transparência SAECEC
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	Somente via plataforma oficial Licitar Digital



1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇO visando a eventual aquisição parcelada de materiais hidráulicos em PVC e DEFOFO a serem utilizados para novas instalações e reparos da rede de água do município de Engenheiro Coelho – SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo 4 deste edital.

1.2. O critério de julgamento será o indicado no quadro acima e quando da licitação dividida em lotes, o licitante poderá participar em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote escolhido.

2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.1. As regras referentes a eventuais órgãos participantes, bem como as possibilidades de futuras adesões, se for o caso, constarão na minuta de Ata de Registro de Preços conforme anexo 3 deste edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da <https://licitar.digital/>.

3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da <https://licitar.digital/>, através de manifestação de operador formalmente designado.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a SAECE ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O licitante se compromete a:

3.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



3.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

3.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

3.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da “Licitar Digital”, utilizar o suporte técnico através do telefone [\(31\) 3191-0707 \(Tel + WhatsApp\)](tel:(31)3191-0707) ou através do e-mail contato@licitardigital.com.br.

3.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.10. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:

3.10.1. que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;

3.10.3. entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;

3.10.4. reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:



4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.4.1. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4.3. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 0 a 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.



4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a(s) proposta(s) inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

5.1.1. valor unitário e total do lote;

5.1.2. quantidade;

5.1.3. marca, fabricante.

5.1.4. Poderá ser juntado ainda pelo licitante catálogos, prospectos, manuais, etc, que comprovem que o produto ofertado atende as especificações do edital, sendo vedado, contudo a apresentação de documentos que identifique o licitante, sob pena de desclassificação da proposta.



5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de acordo com a Súmula 10¹ do TCE/SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do pregoeiro em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

¹ Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante



6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para



apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances



conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de desconto, conforme o caso.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema do pregão.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Os procedimentos indicados nos itens 6.18 a 6.18.4 não serão levados em consideração quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e item 4.4.3 deste Edital.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.19.2. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. No caso de licitação por lote, a contratação posterior de item específico que compõe o lote será observada os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

6.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



6.21. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, prazo esse que é o mesmo para apresentação dos documentos de habilitação conforme disposto no item 8.5.

6.21.1. Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.21.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após o envio da proposta readequada, amostras (quando for o caso) e dos documentos de habilitação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

7.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:



- 7.5.1. conter vícios insanáveis;
- 7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência; apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.5.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.5.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. A inexequibilidade, neste caso, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem



justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.11.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, serão exigidos os documentos previstos no Anexo I deste edital.

8.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

8.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, juntamente com a proposta readequada conforme disposto no item 6.21.

8.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:

8.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para



fins de habilitação e classificação.

8.7.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

8.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 0.

8.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo I, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

8.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

8.9.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

8.9.3. O benefício de que trata este item não serão aplicados quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e item 4.4.3 deste Edital.

8.10. Os documentos assinados digitalmente a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado ou com assinatura digital no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil possuem presunção legal de veracidade com os mesmos efeitos da assinatura manuscrita reconhecida em cartório, podendo a qualquer tempo ser solicitado ao licitante os respectivos arquivos para validação, se for o caso.

8.11. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os



procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. Juntamente com a Ata de Registro de Preços, a empresa deverá apresentar os Termos de Ciência e Notificação, conforme artigo 2º, inciso III, das Instruções nº 01/2020, acrescido pela Resolução nº 11/2021 e o comprovante de cadastro no CadTCESP nos termos da Resolução 21/2022 do TCE-SP.

9.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitante.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/lotos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou



fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses legalmente admitidas.

11. DOS RECURSOS

11.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

11.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

11.2.2. o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

11.2.3. o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;



12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.3.1. para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 0,5% a 15%.

12.3.2. para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, a multa será de 15% a 30%.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.

12.7. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.



13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os



princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da autarquia e na plataforma eletrônico do pregão.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Documentos de Habilitação

ANEXO 02 – Modelo de Declaração

ANEXO 03 – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO 04 – Termo de Referência

30/10/2025

Silvio da Silva
Diretor Presidente



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025**EDITAL Nº 007/2025****PROCESSO N.º 2025/000336****ANEXO 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO****1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
 - c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
 - d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
 - e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - f) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
- 1.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.*

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, referente ao I.C.M.S;
- e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos



Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo I, elaborada em papel timbrado, atestando que:

a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);

e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município.

h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional



responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.10 do edital;

k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025**EDITAL Nº 007/2025****PROCESSO N.º 2025/000336****ANEXO 02 – MODELO DE DECLARAÇÃO**

, inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);

e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [Engenheiro Coelho | GOVBR DIOENET - Diários Eletrônicos](#).



h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.10 do edital;

k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

Data.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025**EDITAL Nº 007/2025****PROCESSO N.º 2025/000336****ANEXO 03 - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º 2025/xxxxxx

O Serviço de Água e Esgoto de Engenheiro Coelho (SAEEC), com sede na Rua José Correia de Oliveira, nº 120, Jardim Jordina, na cidade de Engenheiro Coelho, Estado de São Paulo, CEP: 13.445-390, inscrito no CNPJ sob o nº 10.706.597/0001-48, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, Silvio da Silva, CPF nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº _____, representante legal da empresa, doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº 2025/000067 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº 006/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO visando a eventual aquisição parcelada de materiais hidráulicos em PVC e DEFOFO a serem utilizados para novas instalações e reparos da rede de água do município de Engenheiro Coelho – SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo 4I deste edital.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Qnt.	Un.	PEÇAS DE PVC e DEFOFO	Valor unit.	Valor total
1	200	PÇ	Adaptador de Compressão em Polipropileno para Tubo PEAD Rosca Macho de 20mm x 3/4". Características: Pressão de serviço de 1,6 MPa; Especificações conforme a NBR 15803		



2	20	PÇ	Adaptador Soldável Curto com bolsa e rosca para registro, para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa com junta soldável; Bitola de 50 x 1.1/2" - Modelo: Roscável e Soldável; Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kgf/cm ² (75 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
3	400	PÇ	Adaptador Soldável Curto com bolsa e rosca para registro, para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa com junta soldável; Bitola de 25 mm x 3/4" - Modelo: Roscável e Soldável; Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kgf/cm ² (75 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
4	60	PÇ	Adaptador Soldável Curto com bolsa e rosca para registro, para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa com junta soldável; Bitola de 60 mm; Pressão de serviço (a 20°C) classe 20: 10,0 Kgf/cm ² (100 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
5	800	PÇ	Adesivo Plástico para PVC - Bisnaga de 75g cada unidade.		
6	600	PÇ	Cap Soldável 3/4, fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa para a linha de água fria, na cor marrom, Bitola: 25 mm. Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kgf/cm ² (75 m.c.a.); Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
7	20	PÇ	Cap Soldável, fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa para a linha de água fria, na cor marrom, Bitola de 60 mm. Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kgf/cm ² (75 m.c.a.); Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
8	100	PÇ	Colar Tomada de PVC em PBA rígido com Junta Elástica Integrada (JEI), com composto EPDM. Modelo c Travas 60 mm x 3/4". Especificações conforme a NBR 5647		
9	20	PÇ	Colar Tomada de PVC em PBA rígido com Junta Elástica Integrada (JEI), com composto EPDM. Modelo c Travas 75 mm x 3/4". Especificações conforme a NBR 5647		
10	1500	PÇ	Cotovelo / Joelho Roscável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor branca com ângulo de 90°. "Bitola de 3/4". Especificações conforme a NBR 5626, NBR ISO 7/1 e norma PeCP 34, da Cediaplac.		
11	10	PÇ	Cotovelo / Joelho Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor marrom com ângulo de 90° Bitola de 2" Modelo: Soldável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
12	10	PÇ	Cotovelo / Joelho Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor marrom com ângulo de 45° Bitola de 2" Modelo: Soldável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
13	10	PÇ	Cotovelo / Joelho Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor marrom com ângulo de 90°. Bitola de 1. 1/2" (50MM). Modelo: Soldável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
14	1000	PÇ	Cotovelo / Joelho Soldável 25mm fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor marrom com ângulo de 90°. Bitola: 25 mm x 3/4". Modelo: Soldável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		



15	600	PÇ	Cotovelo / Joelho Soldável 25mm fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor marrom com ângulo de 45°. Bitola: 25 mm x 3/4". Modelo: Soldável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
16	10	PÇ	Curva 45° longa soldável 25mm		
17	1000	PÇ	Fita "veda rosca" para promover a vedação de juntas roscáveis (PVC, CPVC ou metal) em instalações de água fria e quente eliminando as folgas existentes entre as conexões. Dimensões 18mm x 50mts.		
18	20	PÇ	Luva Soldável, fabricada em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 1. 1/2" (50 mm). Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
19	20	PÇ	Luva Soldável, fabricada em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 2" (60 mm). Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
20	800	PÇ	Luva Branca PVC Roscável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor branca "Bitola de 3/4 x 25mm". Especificações conforme a NBR 5626, NBR ISO 7/1 e norma PeCP 34, da Cediaplac.		
21	1000	PÇ	Luva Soldável com Rosca, fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 25 mm x 3/4". Modelo: Soldável e Roscável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
22	500	PÇ	Luva Soldável, fabricada em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 25 mm x 3/4". Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
23	60	PÇ	Niple ou Nípel Roscável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor branca "Bitola de 3/4". Especificações conforme a NBR 5626, NBR ISO 7/1 e norma PeCP 34, da Cediaplac.		
24	20	PÇ	Pasta Lubrificante, pastosa, com coloração incolor a amarelada, não Inflamável e solúvel em água. Bisnaga com 1.000 gramas. Especificações conforme a Norma de Referência - NBR 14725.		
25	200	PÇ	Plug PVC Roscável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor branca "Bitola de 3/4 x 25mm". Especificações conforme a NBR 5626, NBR ISO 7/1 e norma PeCP 34, da Cediaplac.		
26	20	PÇ	Registro esfera fabricado em PVC na cor marrom para controlar o fluxo do líquido que passa pela tubulação. Bitola de 1. 1/2" (50 mm). Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.). Especificações conforme a NBR 5648.		
27	20	PÇ	Registro esfera fabricado em PVC na cor marrom para controlar o fluxo do líquido que passa pela tubulação. Bitola de 2" (60 mm). Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.). Especificações conforme a NBR 5648.		
28	1500	PÇ	Registro esfera macho x macho com borboleta fabricado em PVC na cor marrom para controlar o fluxo do líquido que passa pela tubulação. Operação com 1/4 de volta. Bitola de 25 mm x 3/4". Cota A 75 milímetros. Pressão de serviço a temperatura ambiente. classe 15: 7,5 Kgf/cm² (75 m.c.a.); Especificações conforme a NBR 11306.		
29	600	PÇ	Registro esfera macho/fêmea borboleta 3/4"		



30	20	PÇ	Tê Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 2" (60 mm). Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
31	20	PÇ	Tê Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 1.1/2" (50 mm). Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
32	800	PÇ	Tê de 90° Solda Mista fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 25 mm x 3/4" com rosca na bolsa central. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
33	500	PÇ	Tê Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 25 mm x 3/4". Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
34	20	BR	Tubo de PVC Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 1. 1/2" (50 mm). Barra de 6 metros. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
35	20	BR	Tubo de PVC Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 2" (60 mm). Barra de 6 metros. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
36	40	BR	Tubo Coletor Esgoto Jei fabricado em PVC rígido com sistema de junta elástica integrada (JEI) fabricados em borracha SBR. DN 100 na cor ocre. Barras de 6 metros. Resistência a impacto conforme ABNT NBR 7362-1. Demais especificações conforme as normas de referência: ABNT NBR-7362-1:1999, ABNT NBR-10569: 1988, ABNT NBR-10570: 1988, ABNT NBR 9051, ABNT NBR-7367 e ABNT NBR-9814.		
37	30	BR	Tubo Coletor Esgoto Jei fabricado em PVC rígido com sistema de junta elástica integrada (JEI) fabricados em borracha SBR. DN 300 na cor ocre. Barras de 6 metros. Resistência a impacto conforme ABNT NBR 7362-1. Demais especificações conforme as normas de referência: ABNT NBR-7362-1:1999, ABNT NBR-10569: 1988, ABNT NBR-10570: 1988, ABNT NBR 9051, ABNT NBR-7367 e ABNT NBR-9814.		
38	300	BR	Tubo de PVC Roscável, fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor branca. Bitola de 3/4 x 25mm. Barra de 6 metros. Especificações conforme a NBR 5626, NBR ISO 7/1 e norma PeCP 34, da Cediaplac.		
39	800	BR	Tubo de PVC Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 25 mm x 3/4". Barra de 6 metros. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
40	20	BR	Tubo Coletor Esgoto Jei fabricado em PVC rígido com sistema de junta elástica integrada (JEI) fabricados em borracha SBR. DN 150 na cor ocre. Barras de 6 metros. Resistência a impacto conforme ABNT NBR 7362-1. Demais especificações conforme as normas de referência: ABNT NBR-7362-1:1999, ABNT NBR-10569: 1988, ABNT NBR-10570: 1988, ABNT NBR 9051, ABNT NBR-7367 e ABNT NBR-9814.		

41	20	BR	Tubo Coletor Esgoto Jeí fabricado em PVC rígido com sistema de junta elástica integrada (JEI) fabricados em borracha SBR. DN 200 na cor ocre. Barras de 6 metros. Resistência a impacto conforme ABNT NBR 7362-1. Demais especificações conforme as normas de referência: ABNT NBR-7362-1:1999, ABNT NBR-10569: 1988, ABNT NBR-10570: 1988, ABNT NBR 9051, ABNT NBR-7367 e ABNT NBR-9814.		
42	100	BR	Tubo Defofo com junta elástica para atender a pressão de serviço de 1,0 MPa, ou seja, 10 Kgf/cm ² , à temperatura de 25° C, produzido em MPVC conforme Norma ABNT NBR 7665/07. DN 100 em barras de 6 metros, PN(12,5).		
43	40	BR	Tubo PVC defofo biax branco para sistemas enterrados de adução e distribuição de água bruta ou potável que atenda a pressão de 1,25mpa(PN 12,5), à temperatura de 25°, DN250 em barras de 6 metros		
44	20	PÇ	União Soldável para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa. Bitola de 1.1/2" Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kgf/cm ² (75 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
45	20	PÇ	União Soldável para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa. Bitola de 2" Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kgf/cm ² (75 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
46	40	PÇ	União Soldável para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa. Bitola de 3/4" Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kgf/cm ² (75 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.		
47	10	PÇ	Válvula de Pe PVC Sd Rosc C/Crivo 1.1/2" (50mm)		
48	10	PÇ	Válvula de Pe PVC Sd Rosc C/Crivo 2" (60mm)		

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades pertencentes a esfera de governo do município de Engenheiro Coelho - SP que não participaram do procedimento, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos determinados no §2º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

2.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



2.3. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

2.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

2.5. As aquisições ou contratações adicionais deverão observar os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especificamente estabelecidos nos §3º e §4º do art. 86.

2.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Integram esta Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação ou que mantiveram sua proposta original. (verificar aplicação no caso concreto)

3.4.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes



registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 5.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **Error! Reference source not found.** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

3.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

3.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. O valor registrado poderá ser reajustado no caso de prorrogação da ata de registro respeitada a contagem da anualidade e a variação do IPCA acumulado no período de 12 meses a contar da proposta.



5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, na legislação aplicável e neste edital.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao



cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2. Não retirar ou aceitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2 desta Ata; ou

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;

6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.



7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das seguintes penalidades de:

7.2. Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

7.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

7.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

7.5. Multa:

7.5.1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover o cancelamento da ata de registro por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

7.5.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro, no caso de inexecução total do objeto.

Obs.: verificar decreto municipal.

7.6. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

7.7. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



7.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.

7.11. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.12. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.13. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

8.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

8.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se for o caso.

Engenheiro Coelho/SP, x de x de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025**EDITAL Nº 007/2025****PROCESSO N.º 2025/000336****ANEXO 04 - TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

1.1. REGISTRO DE PREÇO visando a eventual aquisição parcelada de materiais hidráulicos em PVC e DEFOFO a serem utilizados para novas instalações e reparos da rede de água do município de Engenheiro Coelho – SP, conforme condições, quantidade e demais especificações constantes neste Termo de Referência.

1.2. À luz das definições contidas nos incisos do artigo 6º da Lei 14.133/2021, o objeto em questão se classifica como um bem comum de fornecimento não contínuo, não se configurando, portanto, como um bem de luxo conforme disposto no artigo 20 da mesma lei.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. O abastecimento de água potável é um serviço público essencial que exige manutenção contínua da infraestrutura hidráulica municipal. A rede de distribuição de água de Engenheiro Coelho demanda constantemente:

2.1.2. Manutenções preventivas para evitar interrupções no fornecimento de água à população

2.1.3. Reparos corretivos em casos de vazamentos, rompimentos e avarias na rede

2.1.4. Instalação de novas ligações para atendimento ao crescimento urbano

2.1.5. Substituição de peças e componentes desgastados pelo uso normal do sistema

2.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

2.2.1. Os materiais hidráulicos são fundamentais para garantir:

2.2.2. Continuidade do serviço público de abastecimento de água

2.2.3. Qualidade da água fornecida à população, atendendo aos padrões de potabilidade

2.2.4. Eficiência operacional do sistema, reduzindo perdas e desperdícios

2.2.5. Conformidade técnica com as normas da ABNT e legislação sanitária

2.3. ATENDIMENTO AO INTERESSE PÚBLICO

2.3.1. A aquisição desses materiais visa diretamente:

2.3.2. Garantir o direito fundamental da população ao acesso à água potável



- 2.3.3. Manter a regularidade e continuidade do serviço público essencial
- 2.3.4. Possibilitar reparos emergenciais sem comprometer o abastecimento
- 2.3.5. Atender às obrigações legais do município quanto ao saneamento básico

2.4. CONCLUSÃO

2.4.1. A aquisição de materiais hidráulicos é imprescindível para a manutenção e operação adequada do sistema de abastecimento de água do município, garantindo a prestação eficiente deste serviço público essencial à população de Engenheiro Coelho.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Os materiais de PVC e (defofo) objeto deste pregão devem obrigatoriamente ser das marcas **Tigre ou Amanco**, em razão de suas comprovadas qualidade e durabilidade. A exigência fundamenta-se nas exceções previstas no artigo 41 da Lei nº 14.133/2021, que admitiu a indicação de marca como regra excepcional, desde que justificada tecnicamente (padronização, compatibilidade, exclusividade apta ou referência plausível). Alternativamente, serão aceitos produtos de outras marcas desde que comprovem equivalência técnica, mediante apresentação de laudo, certificação ou documento equivalente, conforme disposto no artigo 42 da mesma lei.

3.2. No quadro abaixo, seguem as informações relacionadas as especificações mínimas do objeto, unidade de medida e respectivas quantidades:

Item	Qty.	Un.	PEÇAS DE PVC e DEFOFO	Valor unit.	Valor total
1	200	PÇ	Adaptador de Compressão em Polipropileno para Tubo PEAD Rosca Macho de 20mm x 3/4". Características: Pressão de serviço de 1,6 MPa; Especificações conforme a NBR 15803	R\$2,78	R\$556,00
2	20	PÇ	Adaptador Soldável Curto com bolsa e rosca para registro, para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa com junta soldável; Bitola de 50 x 1.1/2" - Modelo: Roscável e Soldável; Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kg/cm² (75 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$6,92	R\$138,40
3	400	PÇ	Adaptador Soldável Curto com bolsa e rosca para registro, para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa com junta soldável; Bitola de 25 mm x 3/4 - Modelo: Roscável e Soldável; Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kg/cm² (75 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$1,00	R\$400,00
4	60	PÇ	Adaptador Soldável Curto com bolsa e rosca para registro, para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa com junta soldável; Bitola de 60 mm; Pressão de serviço (a 20°C) classe 20: 10,0 Kg/cm² (100 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$12,89	R\$773,40
5	800	PÇ	Adesivo Plástico para PVC - Bisnaga de 75g cada unidade.	R\$7,94	R\$6.352,00



6	600	PÇ	Cap Soldável 3/4, fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa para a linha de água fria, na cor marrom, Bitola: 25 mm. Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kg/cm ² (75 m.c.a.); Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$1,53	R\$918,00
7	20	PÇ	Cap Soldável, fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa para a linha de água fria, na cor marrom, Bitola de 60 mm. Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kg/cm ² (75 m.c.a.); Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$14,73	R\$294,60
8	100	PÇ	Colar Tomada de PVC em PBA rígido com Junta Elástica Integrada (JEI), com composto EPDM. Modelo c Travas 60 mm x 3/4". Especificações conforme a NBR 5647	R\$9,30	R\$930,00
9	20	PÇ	Colar Tomada de PVC em PBA rígido com Junta Elástica Integrada (JEI), com composto EPDM. Modelo c Travas 75 mm x 3/4". Especificações conforme a NBR 5647	R\$11,73	R\$234,60
10	1500	PÇ	Cotovelo / Joelho Roscável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor branca com ângulo de 90°. "Bitola de 3/4". Especificações conforme a NBR 5626, NBR ISO 7/1 e norma PeCP 34, da Cediaplac.	R\$3,25	R\$4.875,00
11	10	PÇ	Cotovelo / Joelho Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor marrom com ângulo de 90° Bitola de 2" Modelo: Soldável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$22,52	R\$225,20
12	10	PÇ	Cotovelo / Joelho Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor marrom com ângulo de 45° Bitola de 2" Modelo: Soldável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$16,06	R\$160,60
13	10	PÇ	Cotovelo / Joelho Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor marrom com ângulo de 90°. Bitola de 1. 1/2" (50MM). Modelo: Soldável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$4,00	R\$40,00
14	1000	PÇ	Cotovelo / Joelho Soldável 25mm fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor marrom com ângulo de 90°. Bitola: 25 mm x 3/4". Modelo: Soldável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$3,61	R\$3.610,00
15	600	PÇ	Cotovelo / Joelho Soldável 25mm fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor marrom com ângulo de 45°. Bitola: 25 mm x 3/4". Modelo: Soldável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$1,77	R\$1.062,00
16	10	PÇ	Curva 45° longa soldável 25mm	R\$4,17	R\$41,70
17	1000	PÇ	Fita "veda rosca" para promover a vedação de juntas roscáveis (PVC, CPVC ou metal) em instalações de água fria e quente eliminando as folgas existentes entre as conexões. Dimensões 18mm x 50mts.	R\$8,76	R\$8.760,00
18	20	PÇ	Luva Soldável, fabricada em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 1. 1/2" (50 mm). Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$4,13	R\$82,60
19	20	PÇ	Luva Soldável, fabricada em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 2" (60 mm). Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$15,2	R\$304,00
20	800	PÇ	Luva Branca PVC Roscável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor branca "Bitola de 3/4 x 25mm". Especificações conforme a NBR 5626, NBR ISO 7/1 e norma PeCP 34, da Cediaplac.	R\$4,27	R\$3.416,00

21	1000	PÇ	Luva Soldável com Rosca, fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 25 mm x 3/4". Modelo: Soldável e Roscável. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$1,96	R\$1.960,00
22	500	PÇ	Luva Soldável, fabricada em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 25 mm x 3/4". Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$1,43	R\$715,00
23	60	PÇ	Niple ou Nípel Roscável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor branca "Bitola de 3/4". Especificações conforme a NBR 5626, NBR ISO 7/1 e norma PeCP 34, da Cediaplac.	R\$2,10	R\$126,00
24	20	PÇ	Pasta Lubrificante, pastosa, com coloração incolor a amarelada, não Inflamável e solúvel em água. Bisnaga com 1.000 gramas. Especificações conforme a Norma de Referência - NBR 14725.	R\$27,02	R\$540,40
25	200	PÇ	Plug PVC Roscável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria, na cor branca "Bitola de 3/4 x 25mm". Especificações conforme a NBR 5626, NBR ISO 7/1 e norma PeCP 34, da Cediaplac.	R\$1,30	R\$260,00
26	20	PÇ	Registro esfera fabricado em PVC na cor marrom para controlar o fluxo do líquido que passa pela tubulação. Bitola de 1. 1/2" (50 mm). Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.). Especificações conforme a NBR 5648.	R\$216,17	R\$4.323,40
27	20	PÇ	Registro esfera fabricado em PVC na cor marrom para controlar o fluxo do líquido que passa pela tubulação. Bitola de 2" (60 mm). Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.). Especificações conforme a NBR 5648.	R\$85,13	R\$1.702,60
28	1500	PÇ	Registro esfera macho x macho com borboleta fabricado em PVC na cor marrom para controlar o fluxo do líquido que passa pela tubulação. Operação com 1/4 de volta. Bitola de 25 mm x 3/4". <u>Cota A 75 milímetros</u> . Pressão de serviço a temperatura ambiente. classe 15: 7,5 Kgf/cm² (75 m.c.a.); Especificações conforme a NBR 11306.	R\$7,76	R\$11.640,00
29	600	PÇ	Registro esfera macho/fêmea borboleta 3/4"	R\$10,18	R\$6.108,00
30	20	PÇ	Tê Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 2" (60 mm). Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$34,29	R\$685,80
31	20	PÇ	Tê Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 1.1/2" (50 mm). Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$8,73	R\$174,60
32	800	PÇ	Tê de 90° Solda Mista fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 25 mm x 3/4" com rosca na bolsa central. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$72,33	R\$57.864,00
33	500	PÇ	Tê Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 25 mm x 3/4". Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$2,12	R\$1.060,00
34	20	BR	Tubo de PVC Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 1. 1/2" (50 mm). Barra de 6 metros. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$80,32	R\$1.606,40

35	20	BR	Tubo de PVC Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 2" (60 mm). Barra de 6 metros. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$184,99	R\$3.699,80
36	40	BR	Tubo Coletor Esgoto Jei fabricado em PVC rígido com sistema de junta elástica integrada (JEI) fabricados em borracha SBR. DN 100 na cor ocre. Barras de 6 metros. Resistência a impacto conforme ABNT NBR 7362-1. Demais especificações conforme as normas de referência: ABNT NBR-7362-1:1999, ABNT NBR-10569: 1988, ABNT NBR-10570: 1988, ABNT NBR 9051, ABNT NBR-7367 e ABNT NBR-9814.	R\$204,60	R\$8.184,00
37	30	BR	Tubo Coletor Esgoto Jei fabricado em PVC rígido com sistema de junta elástica integrada (JEI) fabricados em borracha SBR. DN 300 na cor ocre. Barras de 6 metros. Resistência a impacto conforme ABNT NBR 7362-1. Demais especificações conforme as normas de referência: ABNT NBR-7362-1:1999, ABNT NBR-10569: 1988, ABNT NBR-10570: 1988, ABNT NBR 9051, ABNT NBR-7367 e ABNT NBR-9814.	R\$1535,94	R\$46.078,20
38	300	BR	Tubo de PVC Roscável, fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor branca. Bitola de 3/4 x 25mm. Barra de 6 metros. Especificações conforme a NBR 5626, NBR ISO 7/1 e norma PeCP 34, da Cediaplac.	R\$62,37	R\$18.711,00
39	800	BR	Tubo de PVC Soldável fabricado em PVC rígido para a linha de água fria na cor marrom. Bitola de 25 mm x 3/4". Barra de 6 metros. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$22,63	R\$18.104,00
40	20	BR	Tubo Coletor Esgoto Jei fabricado em PVC rígido com sistema de junta elástica integrada (JEI) fabricados em borracha SBR. DN 150 na cor ocre. Barras de 6 metros. Resistência a impacto conforme ABNT NBR 7362-1. Demais especificações conforme as normas de referência: ABNT NBR-7362-1:1999, ABNT NBR-10569: 1988, ABNT NBR-10570: 1988, ABNT NBR 9051, ABNT NBR-7367 e ABNT NBR-9814.	R\$373,81	R\$7.476,20
41	20	BR	Tubo Coletor Esgoto Jei fabricado em PVC rígido com sistema de junta elástica integrada (JEI) fabricados em borracha SBR. DN 200 na cor ocre. Barras de 6 metros. Resistência a impacto conforme ABNT NBR 7362-1. Demais especificações conforme as normas de referência: ABNT NBR-7362-1:1999, ABNT NBR-10569: 1988, ABNT NBR-10570: 1988, ABNT NBR 9051, ABNT NBR-7367 e ABNT NBR-9814.	R\$589,41	R\$11.788,20
42	100	BR	Tubo Defofo com junta elástica para atender a pressão de serviço de 1,0 MPa, ou seja, 10 Kgf/cm ² , à temperatura de 25° C, produzido em MPVC conforme Norma ABNT NBR 7665/07. DN 100 em barras de 6 metros, PN(12,5).	R\$306,81	R\$30.681,00
43	40	BR	Tubo PVC defofo biax branco para sistemas enterrados de adução e distribuição de água bruta ou potável que atenda a pressão de 1,25mpa(PN 12,5), à temperatura de 25°, DN250 em barras de 6 metros	R\$1552,72	R\$62.108,80
44	20	PÇ	União Soldável para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa. Bitola de 1.1/2" Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kgf/cm ² (75 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$49,65	R\$993,00



45	20	PÇ	União Soldável para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa. Bitola de 2" Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kgf/cm ² (75 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$95,96	R\$1.919,20
46	40	PÇ	União Soldável para conduzir água à temperatura ambiente nas instalações de água fria; fabricado em PVC 6.3, PN 750 kPa. Bitola de 3/4" Pressão de serviço (a 20°C) classe 15: 7,5 Kgf/cm ² (75 m.c.a.); Cor: marrom. Especificações conforme a NBR 5648 e NBR 5626.	R\$9,61	R\$384,40
47	10	PÇ	Válvula de Pe PVC Sd Rosc C/Crivo 1.1/2" (50mm)	R\$86,05	R\$860,50
48	10	PÇ	Válvula de Pe PVC Sd Rosc C/Crivo 2" (60mm)	R\$112,6	R\$1.126,00

3.3. Justificativa Técnica para a Exigência das Marcas Tigre e Amanco

3.3.1. A exigência de utilização obrigatória das marcas Tigre e Amanco para materiais de PVC e espuma (defofo) se fundamenta em critérios técnicos fundamentais de resistência mecânica, estabilidade dimensional, compatibilidade de sistemas e credenciamento de qualidade, em conformidade com as exigências da Administração Pública e a legislação aplicável.

3.4. Resistência e desempenho em sistemas pressurizados

3.4.1. A Amanco Biax, com tecnologia PVC-O (PVC orientado), apresenta estrutura molecular orientada, resultando em tubos mais robustos, leves e flexíveis, especialmente adequados para sistemas de água e esgoto sob alta pressão (até 1,6 MPa).

3.4.2. A Tigre, por sua vez, desenvolveu a linha Vinilfort Ultra, tubos corrugados que oferecem rigidez elevada (5.000 Pa)—o que dobra a resistência em relação aos tubos convencionais—além de superfície interna lisa, alta estanqueidade e leveza.

3.5. Certificações e controle de qualidade

3.5.1. A Amanco destaca-se por ser a única fabricante brasileira de tubos e conexões com tripla certificação em suas unidades de produção: ISO 9001 (Gestão da Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança Ocupacional), evidenciando elevado padrão de gestão, rastreabilidade e responsabilidade socioambiental.

3.5.2. A Tigre, líder nacional no segmento hidráulico, possui estrutura internacional consolidada (com fábricas e atuação em mais de 30 países) e reconhecida reputação de inovação e confiabilidade.

3.6. Durabilidade e confiabilidade técnica

3.6.1. Relatórios técnicos indicam que os tubos soldáveis da Tigre apresentam vida útil estimada em cerca de 50 anos, com alta resistência química, baixa permeabilidade e segurança contra vazamentos.

3.6.2. Os produtos da Amanco também atingem essa durabilidade, sendo os



sistemas de CPVC para água quente suportam temperaturas elevadas (até 90 °C), com resistência à corrosão e livres de incrustações.

3.7. Compatibilidade, manutenibilidade e adoção de referência

3.7.1. O sistema Amanco Biax é compatível com redes já existentes, permitindo o uso de conexões em ferro fundido dúctil e facilitando intervenções futuras.

3.7.2. Essas marcas servem como referência técnica para garantir que os fornecedores atendam a padrão de desempenho e interoperabilidade com instalações já existentes, essencial para manutenção e sustentabilidade das redes hidráulicas.

3.8 Participação ME/EPP

3.8.1. Todos os itens são de participação exclusiva de ME's e EPP's, em cumprimento ao inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações.

3.9 Indicação de marcas ou modelos

3.9.1. As marcas e/ou modelos eventualmente indicados não são excludentes de outros produtos que possuam todas as características exigidas, prestando-se para mera referência e facilitação da compreensão do objeto, nos termos do inciso I, alínea d, do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

3.9.2. O pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências ou solicitar informações adicionais, com o objetivo de garantir que a proposta atenda plenamente ao objeto da licitação. Para tanto, poderá solicitar ao licitante provisoriamente declarado vencedor comprovação da qualidade do produto ofertado a fim de demonstrar que é similar às marcas indicadas como referência na forma do art. 42 da Lei nº 14.133/2021. O prazo para a atendimento será de 2 (dois) dias, contados a partir da solicitação feita pelo pregoeiro.

3.10 Do acondicionamento

3.10.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagem original do fabricante lacrada, devidamente identificada com a descrição e a quantidade do material contido, com rótulo próprio mencionando a sua composição, os dados do fabricante, contendo seus números de registro nos órgãos competentes e em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou aderência ao produto, bem como sem nenhum dano (amassados, rasgos, sujeiras, dentre outros).

3.10.2. As embalagens primárias deverão estar protegidas em embalagens secundárias reforçadas, resistentes e apropriadas, devidamente identificadas e lacradas pelo fabricante.

3.10.3. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas, com o menor volume possível, que utilizem preferencialmente materiais reciclados e recicláveis, de forma a garantir-lhes a máxima proteção durante o transporte e o



armazenamento.

3.11 Do prazo de validade, garantia e assistência técnica:

3.11.1. O prazo de garantia mínima do produto será de 12 (doze) meses. O período de garantia deverá ser iniciado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

3.11.2. Caso não haja indicação expressa, o prazo mínimo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3.11.3. A Contratada fica obrigada à garantia adicional que inserir em sua proposta comercial ou àquela indicada pelo fabricante, sempre que superior ao prazo legal ou ao indicado neste Termo de Referência.

3.11.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, a Contratada deverá suprir a garantia do bem ofertado pelo período remanescente.

3.11.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos, mobiliários ou demais tipos de bens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.11.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.11.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.11.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.11.9. A Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito, sem custos ao Contratante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, na forma da legislação vigente.

3.11.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

3.11.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o



reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.11.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

3.11.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3.12 Subcontratação

3.12.1. A subcontratação integral do objeto é expressamente proibida. Contudo, permite-se a subcontratação de forma restrita, limitando-se à parte relacionada à logística indispensável para a entrega adequada do produto. A montagem, manutenção em acionamento de garantia, se for o caso e de eventuais serviços acessórios que não representem a parcela principal do fornecimento também poderá ser objeto de subcontratação desde que previamente autorizado pelo gestor do contrato, devendo a subcontratada:

3.12.2. Ter as qualificações técnicas adequadas para a realização dos serviços acessórios, de acordo com os requisitos legais eventualmente aplicáveis;

3.12.3. Atender aos requisitos previstos neste Termo de Referência.

3.12.4. A subcontratação não gera relação do Contratante com as empresas subcontratadas, sendo plena a responsabilidade da Contratada pelo cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórios, decorrentes da contratação, nos termos dos artigos 121 e 122 da Lei nº 14.133/2021.

3.13 Garantia Contratual

3.13.1. Não será exigida garantia contratual.

4. PRAZO DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado da sua assinatura e poderá ser prorrogado por igual período, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

5. MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de Fornecimento

5.1.1. O fornecimento será parcelado conforme a necessidade da Administração.

5.2. Condições de Entrega

5.2.1. Constitui obrigação da Contratada manter atualizado seu e-mail de contato



para viabilizar todas as comunicações com a Contratante. Na ausência de confirmação de recebimento expressa, o Contratante realizará apenas uma reiteração. Em tais circunstâncias, os prazos de fornecimento ou de cumprimento de obrigações decorrentes de notificação emitida pelo Contratante correrão a partir do envio da reiteração única.

5.2.2. Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados e instruídos com documentos comprobatórios pela Contratada, para serem submetidos à apreciação superior.

5.2.3. A Contratada deve arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes à entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição dos produtos recusados por não atenderem ao edital.

5.2.4. A empresa deverá disponibilizar pessoal suficiente e adequado para a descarga, para a movimentação e para a efetiva entrega dos produtos devendo, preferencialmente, os entregadores usar uniformes e/ou crachás;

5.2.5. Os veículos para transporte devem observar as normas técnicas vigentes e apresentar-se em bom estado de conservação, limpos, a fim de garantir a integridade e a qualidade dos produtos.

5.2.6. O material a ser entregue deverá ser o mesmo constantes no edital e na proposta ofertada, principalmente no tocante à unidade de medida e à marca indicada durante o certame licitatório, sob pena de recusa de recebimento.

5.2.7. Eventuais requerimentos de substituição de marca deverão ser protocolados pela CONTRATADA, antes do vencimento do prazo de entrega, para serem submetidos à análise da equipe técnica da área demandante e, posteriormente, à decisão do gestor.

5.2.8. Os requerimentos em questão devem ser acompanhados de justificativa, da indicação de nova marca, com características equivalentes ou superior àquela proposta durante o certame licitatório e dos documentos comprobatórios, tais como catálogos, fichas técnicas, amostras etc.;

5.3. O objeto deverá ser entregue observando-se as seguintes condições:

5.3.1. A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados da data indicada na Autorização de Fornecimento a ser encaminhada por e-mail.

5.3.2. As entregas serão agendadas previamente via e-mail compras@saeec.sp.gov.br e compras2@saeec.sp.gov.br

5.3.3. O material será entregue na Sede Administrativa do Serviço de Água e Esgoto na Rua José Correia de Oliveira, 120 - L Jordina Olivério, Eng. Coelho - SP, 13165-000.

5.3.4. Em dias úteis, das 8:00 às 17:00 horas.



6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, bem como aquelas constantes em sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando aplicável;

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.7. Manter durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade;

6.8. Arcar com as despesas decorrentes de ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato, quando necessário, nos termos do §4º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021

6.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

6.10. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores



futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021 e

6.13. Cumprir, com os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

7.5. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

7.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no Edital;

7.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

7.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.9. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as disposições deste Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por e-mail conforme indicado pela Contratada em sua proposta.



8.3. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4. A execução do contrato será acompanhada pela Administração e a fiscalização caberá ao Serviço de Água e Esgoto de Engenheiro Coelho.

8.5. O objeto entregue pela CONTRATADA será recebido:

8.5.1. Provisoriamente: de forma sumária pelo fiscal ou outro agente público, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

8.5.2. Definitivamente: pelo gestor, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento provisório, após o resultado da análise qualitativa da conformidade do objeto com todas as condições previstas neste Termo de Referência e na proposta.

8.5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a Contratada ser notificada para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5.6. O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos produtos entregues e, tampouco a desobriga de arcar com as despesas da elaboração de teste/laudo posteriormente, sempre que houver dúvida motivada sobre o atendimento das condições e especificações do Edital.

9. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (Quinze) dias corridos, contados da expedição do Atestado de Recebimento, à vista de nota(s) fiscal(is) apresentada(s), nas quantidades efetivamente entregues no período.



10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A seleção do fornecedor será mediante procedimento licitatório na modalidade pregão, forma eletrônica, sistema de registro de preços e o critério de julgamento será o menor preço por item.

10.2. Habilitação

10.2.1 Para fins de habilitação, deverá a proponente comprovar os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, especificamente art. 66 (habilitação jurídica), art. 68 (habilitação fiscal, social e trabalhista) e art. 69 (habilitação econômico-financeira) sendo esta última limitada a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante não sendo necessário a exigência de habilitação técnica.

10.3. Amostras

10.3.1 Não será exigida amostra como condição para o julgamento da proposta.

10.4. Participação de consórcio

10.4.1 Não será permitida a participação de empresas em consórcio, uma vez que há diversas empresas no mercado com capacidade operacional e profissional para atender satisfatoriamente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência. Assim, considerando a avaliação de conveniência e oportunidade no caso em questão, a Administração opta, com base em seu poder discricionário, por manter a proibição da participação de empresas em consórcio neste certame.

10.5. Garantia de proposta

10.5.1 Não será exigida garantia de proposta

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa total com esta contratação foi estimada em R\$334.054,60 (trezentos e trinta e quatro mil, cinquenta e quatro reais e sessenta centavos) e serão atendidas por dotação consignada no orçamento do exercício financeiro de 2025, onerando a seguinte dotação:

FICHA	FONTE DE RECURSOS
00044	PRÓPRIO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 106C-C1E4-A2E8-7C20

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SILVIO DA SILVA (CPF 092.XXX.XXX-02) em 30/10/2025 14:47:59 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/106C-C1E4-A2E8-7C20>